



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

NIRREILY ALVES DE ALMEIDA

**ABUSO SEXUAL INFANTIL E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DA  
ESTRUTURA PSÍQUICA DOS SUJEITOS**

Juazeiro do Norte  
2019

NIRREILY ALVES DE ALMEIDA

**ABUSO SEXUAL INFANTIL E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DA  
ESTRUTURA PSÍQUICA DOS SUJEITOS**

Monografia apresentada à Coordenação do  
Curso de Graduação em Psicologia do Centro  
Universitário Dr. Leão Sampaio, como  
requisito para a obtenção do grau de  
bacharelado em Psicologia.

Orientador: Joaquim Iarley Brito Roque

Juazeiro do Norte  
2019

NIRREILY ALVES DE ALMEIDA

**ABUSO SEXUAL INFANTIL E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DA  
ESTRUTURA PSÍQUICA DOS SUJEITOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
coordenação do curso de Psicologia do Centro  
Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para  
obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 05/12/19

BANCA EXAMINADORA



JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE  
Orientador(a)



INDIRA FEITOSA SIEBRA DE HOLANDA  
Avaliador(a)



FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR  
Avaliador(a)

# ABUSO SEXUAL INFANTIL E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA PSÍQUICA DOS SUJEITOS

Nirreily Alves de Almeida<sup>1</sup>  
Joaquim Iarley Brito Roque<sup>2</sup>

## RESUMO

O fenômeno da relação sexual entre adultos e crianças está presente na sociedade desde os tempos antigos. Entretanto, o conceito de abuso sexual é relativamente novo. Devido aos altos índices epidemiológicos, o abuso sexual infantil é considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um grave problema de saúde pública. Desse modo, a presente pesquisa se propõe a levantar dados históricos acerca da experiência da infância e a partir daí apresentar a leitura psicanalítica freudiana sobre a sexualidade infantil. Visa também problematizar a violência sexual infantil e seus impactos para o desenvolvimento da estrutura psíquica dos sujeitos. Metodologicamente, o texto que se segue caracteriza-se enquanto qualitativa e exploratória, visto que busca compreender melhor o fenômeno investigado através de análise de conteúdo a partir dos seus aspectos mais subjetivos. Utilizou-se como fonte de pesquisa livros de autores como Freud e Philippe Ariès, como também trabalhos acadêmicos e artigos científicos nacionais publicados em plataformas digitais como Scielo, PePsic, Lilacs e Google Acadêmico, entre os anos de 2015 e 2019. A partir do presente estudo foi possível constatar que a ocorrência de eventos potencialmente traumáticos durante o desenvolvimento psicosssexual pode acarretar consequências significativas para a estrutura psíquica do sujeito.

**Palavras-chave:** Infância. Abuso sexual. Saúde mental. Desenvolvimento psicosssexual. Psicanálise.

## ABSTRACT

This research this is about sexual relationship between adults and childrens since long time. However, this concept of violence sexual is relative new. Therefore, an high indication the vectors epidemiologists, focuses violence sexual childish like grave problem of the public healt according Organization Mundial of Healt (OMS). Thus, this research have objective to deepen elments historical about of experiencian of childish, and to make reading psychoanalytic Freudiana about sexuality childish. Thus, this research have objective to deepen elments historical about of experiencian childish sexual abuse, and to make reading psychoanalytic Freudiana about sexuality childish like protagonist. Therefore, this paper search focus violence

---

<sup>1</sup>Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: nirreilyalves13@gmail.com

<sup>2</sup>Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: joaquimiarley@leaosampaio.edu.br

sexual childish and their impacts for development for estrutura psíquica of the subjects. The instrument used qualitative and exploratory, with effect we search knowledge investigation phenomeno about analysis at research of the aspects subjective. The discussion focuses on the papers nationals científicos and also Works in Freud and Philippe Ariés, between others like Scielo, PePsic, Lilacs, Google Academic, between the years in 2015 and 2019. As a result it was possible to verify that the occurrence of potentially traumatic events during psychosexual development can have significant consequences for the psychic structure of the subjects.

**Keywords:** Childish. Sexual abuse. Mental Health. Development Psychosexual. Psychoanalysis.

## 1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da relação sexual entre adultos e crianças está presente na sociedade desde os tempos antigos. Considerando que o conceito de abuso sexual é relativamente novo e até o século XX não existiam políticas de proteção à criança e ao adolescente, podemos definir abuso sexual infantil enquanto um tipo de violência na qual crianças ou adolescentes são submetidos a práticas de natureza sexual com adultos, podendo incluir beijos, carícias, toques, ou até mesmo o ato sexual, com ou sem penetração.

Devido aos altos índices epidemiológicos, o abuso sexual infantil é considerado, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como um grave problema de saúde pública. Além disso, acarreta consequências significativas no desenvolvimento psicossocial e na saúde mental não só das vítimas, mas também das pessoas que constituem seu núcleo familiar. Sendo assim, esse trabalho propõe a realização de um estudo acerca dos impactos subjetivos decorrentes do abuso sexual infantil.

Desse modo, a presente pesquisa se propõe a levantar dados históricos acerca da experiência da infância e a partir daí apresentar a leitura psicanalítica freudiana sobre a sexualidade infantil. Visa também problematizar a violência sexual infantil e seus impactos para o desenvolvimento da estrutura psíquica dos sujeitos.

O interesse pelo tema surgiu devido ao contato com alguns casos de violência sexual infantil através das experiências vivenciadas durante o curso de graduação em psicologia referentes à prática profissional nos estágios em ênfase no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), uma política pública de assistência social que vislumbra ofertar serviços de proteção social para pessoas e famílias vítimas de violação de direitos.

Sendo assim, aponta-se como relevância da pesquisa a necessidade de descrever a violência sexual infantil, visando construir material científico para promover boas práticas de cuidado a crianças vítimas de abuso, como também despertar uma conscientização social, produzindo informações que possam auxiliar na identificação de alguns indícios de violência.

No que se refere à metodologia, a presente pesquisa caracteriza-se enquanto qualitativa e exploratória, visto que busca compreender melhor o fenômeno investigado através de uma análise de conteúdo a partir de seus aspectos mais subjetivos. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, embasada em ideias e teorias de alguns autores, tais como Freud, Philippe Ariès, dentre outros teóricos.

Também foram utilizadas fontes secundárias de pesquisa como trabalhos acadêmicos e artigos científicos nacionais publicados em plataformas digitais como Scielo, PePsic, Lilacs e Google Acadêmico, entre os anos de 2015 e 2019. Os trabalhos foram selecionados a partir de palavras chave estratégicas como: infância, cultura, abuso sexual, saúde mental, desenvolvimento psicosssexual, psicologia e psicanálise.

## **2. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA**

A infância é um período de grande importância no que diz respeito ao desenvolvimento humano e a estruturação psíquica do sujeito. Segundo Philippe Ariès (1986), devido aos altos índices de mortalidade infantil resultantes da precariedade existente nas condições sanitárias e de saúde do medievo, as famílias possuíam maior dificuldade em desenvolver vínculos afetivos com os filhos, e os cuidados normalmente se limitavam até o momento em que apresentassem comportamentos semelhantes aos adultos, sendo considerados então, independentes.

Posteriormente, as crianças eram inseridas na vida adulta sem nenhum tipo de preparação psicológica, onde não haviam censuras, discussões morais e, a depender de sua classe social e econômica, precisavam trabalhar para ajudar na subsistência de sua família, podendo sofrer castigos e repressões severas, sendo condenadas e até mesmo executadas como penalidade por alguns crimes (ARIÈS, 1986).

“Neste período, a única diferença entre o adulto e a criança era o tamanho, a estatura, pois assim que apresentavam certa independência física, já eram inseridas no trabalho, juntamente com os adultos. Os pais contavam com a ajuda de seus filhos para realizar plantações, a produção de alimentos nas próprias terras, pescas, caças, por isso, assim que seus filhos tinham condições de se manterem em pé, já contribuíram para o sustento da família. Com essas condições, não passam pela fase de brincar, estudar e se divertir como ocorre com crianças da sociedade atual, ou seja, não experimentavam o período da infância e da juventude” (HENICK; FARIA, 2015, p. 25826).

Almeida e Carmo (2017) enfatizam que apesar dessa falta de sentimento da infância ser algo bastante corriqueiro neste período, apresentava-se com menor intensidade em relação a crianças do sexo feminino, uma vez que havia predominância no desejo de se ter um filho homem, permitindo que as meninas estivessem em uma situação inferior ao menino no contexto social e, principalmente, familiar.

Para Silva (2017), a elaboração das leis e o surgimento de religiões contribuíram ativamente para essa visão menos valorizada da mulher, na qual a figura feminina era vista como um ser impuro responsável por todos os acontecimentos indesejados do mundo. Diante disso, era comum que as famílias associassem o nascimento de uma criança do sexo feminino enquanto punição.

Ariès (1986) ressalta que nem mesmo as obras de arte costumavam retratar a infância e, quando representadas, as crianças pareciam adultos de tamanho reduzido. Contudo, o Renascimento influenciou uma mudança gradativa relacionada a concepção infantil, no que corresponde à necessidade de estabelecer relações com outras pessoas de sua idade (PASSETTI; s/a apud HENICK; FARIA, 2015).

A Revolução Industrial, que ocorreu nos séculos XVIII e XIX, e a popularização da leitura são acontecimentos importantes diretamente relacionados à construção de um lugar social da infância, visto que a sociedade industrial dividiu-se entre família e indústria, possibilitando assim o estreitamento dos vínculos familiares e o surgimento de um sentimento consideravelmente novo, pois os pais passaram a preocupar-se mais com a educação dos filhos (ARIÈS, 1986).

Por outro lado, pode-se dizer que a história social da criança no Brasil esteve fortemente influenciada pela colonização portuguesa e povoamento, no século XVI, cujas crianças enfrentavam condições de viagem extremamente precárias juntamente aos outros imigrantes e, se sobrevivessem, a depender da sua classe econômica e posição social, também eram submetidas à castigos e punições severas. Henick e Faria (2015), afirmam que desde o período de colonização, a criança brasileira enfrenta dificuldades de vários tipos, tais como negligência, maus tratos, trabalho infantil, abusos sexuais, dentre outros.

Alguns historiadores e sociólogos salientam que até o século XX não existiam crianças, entretanto, devido a influência de novas ciências como pedagogia, psicologia e psicanálise juntamente com novas discussões acerca dos direitos sociais básicos e proteção da infância e adolescência tanto no Brasil quanto no mundo, foram de suma importância para o reconhecimento da criança enquanto sujeito social de direitos (MARCHI; SARMENTO, 2017).

“A construção normativa da infância sofreu diversos desenvolvimentos ao longo dos tempos, mas o século XX foi especialmente importante nessa definição sistemática por meio de sucessivos documentos legais que, no plano internacional e nacional, regulam a vida das crianças e padronizam os modos de relação entre o Estado, as famílias e as crianças e, mais latamente, entre estas e os adultos” (MARCHI; SARMENTO, 2017, p. 953).

Rodrigues (2017) salienta que não há um conceito universal de infância, visto que a mesma resulta de um processo lento e gradativo de construção e transformações socioculturais, podendo também apresentar conotações distintas considerando a cultura a qual o sujeito está inserido. Entretanto, também foi possível perceber que desde o início as crianças estiveram expostas à diversas situações de violência e, mesmo sendo reconhecidas como ser de direitos assegurados pela legislação, ainda são violadas de muitas formas.

### **3. DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL**

Do ponto de vista psicanalítico, a infância é um período crucial no que diz respeito à constituição psíquica do sujeito, visto que a partir das vivências dos primeiros estágios da vida, se estruturam processos significativos como “os alicerces da personalidade, da identidade, dos valores individuais, familiares, coletivos e sociais” (OLIVEIRA, VIANA, 2018, p. 56).

Para Freud (1901/1905), o conceito de sexualidade está para além dos aspectos biológicos e instintivos, pois engloba um conjunto de excitações e atividades manifestadas desde a infância através da pulsão, constituindo assim um elemento fundamental para a estruturação psíquica-social-biológica do ser humano no que tange à sua forma de relacionar-se consigo mesmo e com o Outro (JUNIOR, 2016).

Segundo Dejours (2017), a sexualidade infantil pode diferenciar-se da sexualidade em geral de modos específicos. Inicialmente, por manifestar-se desde o nascimento quando as genitálias ainda não apresentam sua forma adulta e as glândulas endócrinas que secretam hormônios relacionados à reprodução ainda não sejam funcionais, a sexualidade infantil não possui caráter biológico, mas sim fantasmático constituindo um corpo erógeno, mas sem instintos reprodutivos. Logo, se não é estimulada por aspectos biológicos, só pode ser provocada pelo modo ao qual a criança se relaciona com o Outro.

“Por fim, a sexualidade infantil é, segundo os próprios termos de Freud, perversa e polimorfa, o que nos remete precisamente, na teoria, às pulsões parciais. Estas últimas nascem das zonas erógenas e procuram a satisfação sexual cada uma por sua própria conta, de maneira aut centrada, utilizando o corpo do outro, e mesmo o próprio corpo, como um meio colocado a serviço de uma meta pulsional estritamente egocêntrica. A busca da excitação sexual, dessa forma, é desenvolvida e impertinente tanto para o outro

como para si mesma e pode chegar a ameaçar a conservação de ambos. A pulsão sexual infantil ignora a autoconservação” (DEJOURS, 2017, p. 244-245).

Freud organiza o aparelho psíquico mediante três estruturas: Id, Ego e Superego. Ao nascer, a criança é unicamente Id, pois seus instintos são prevaletentes e sua energia está totalmente direcionada à busca do prazer. Devido a necessidade de interagir com o ambiente para satisfazer seus próprios impulsos instintivos que surge de forma gradativa, ocorre a estruturação do Ego. E, finalmente, a partir da constituição do Superego, o sujeito consegue interiorizar uma interpretação de regras, normas e valores, aprendendo assim a adaptar-se à sociedade a qual está inserido (SILVEIRA, 2018).

No que tange ao desenvolvimento psicosssexual, a teoria psicanalítica distingue alguns estágios universalmente vivenciados. O primeiro estágio é denominado fase oral, que se inicia ao nascimento e se estende até os dois anos de idade e a criança utiliza a boca como principal fonte de prazer, a qual ela direciona sua libido, tendo o seio materno como seu primeiro objeto de satisfação de suas pulsões, sendo também seu primeiro objeto de ligação afetiva. (LOURENÇO, 2018)

O segundo estágio é nomeado fase anal e tem início próximo ao segundo ano de vida, onde a boca deixa de ser a fonte predominante de prazer e a energia libidinal antes concentrada nela, direciona-se à região anal, pois a criança passa a ter controle dos esfíncteres. De acordo com Freud (1905), essa fase marca o início do desenvolvimento psíquico da criança, pois ela “percebe que sozinha é capaz de fazer algo que vem de si mesma, do seu próprio corpo: tal consciência autentica o fundamento para alguns traços como a criatividade e produtividade” (LOURENÇO, 2018, p. 5)

Durante a fase fálica, acontece a descoberta dos órgãos sexuais em que meninos e meninas passam a reconhecer as diferenças anatômicas existentes entre eles, como também podem começar a manipulá-los como forma de autoconhecimento. É também nesse estágio que as crianças conseguem estabelecer relacionamentos interpessoais com outras pessoas da mesma faixa etária, e também surge a curiosidade acerca da sexualidade, dando início a fase dos “porquês” (SILVEIRA, 2018).

De acordo com Pera e Correa (2015), juntamente à essa descoberta das genitálias surge nas crianças um impulso que ocasiona fantasias de prazer e angústia visto que o menino reconhece possuir o poder fálico devido a existência do pênis, enquanto a menina apresenta sentimentos de angústia por terem removido o falo que possuía. De todo modo, esse processo estimula uma série de novas fantasias relacionadas aos objetos fálcos que se encontram ao seu

redor, uma vez que agora reconhecem quem são os detentores fálicos, denominado Complexo de Édipo.

“A representação fálica através do pênis desencadeia um sentimento de cautela no menino e um sentimento de lesão na menina por ser ‘desposuída do centro da força’. Esses sentimentos estão ligados ao desejo eminente dos pais; o menino fantasia possuir a mãe, mas sabe que o pai detém o falo e possui a mãe por isso, portanto, pode romper com o falo do menino castrando-o. A menina sente-se enganada pela mãe, e convive com a decepção de não deter o falo, com isso não tem medo de perde-lo e lança-se em busca de um para si” (PERA; CORREA, 2015, p. 28)

Silveira (2018) destaca que a postura dos pais frente ao desenvolvimento psicosssexual dos filhos influencia diretamente na estruturação do ego. Uma boa compreensão e aceitação do processo, possibilita uma boa estruturação egoica na qual a sexualidade do sujeito seguirá sua direção natural até a fase genital. Do mesmo modo, a interferência de modo negativo frente a esse processo pode culminar em distorções no que diz respeito à sexualidade infantil.

Pera e Correia (2015) ainda salientam que há diferenças significativas entre a sexualidade infantil e a sexualidade do adulto, uma vez que enquanto o adulto executa seus desejos latentes de forma física, os desejos da criança realizam-se somente no campo da fantasia e, posteriormente, desaparecem, abrindo espaço para novos desejos e fantasias.

Ao concluir a fase fálica, a criança dá início a um novo processo denominado período de latência que, segundo Couto (2017), não se caracteriza enquanto fase do desenvolvimento psicosssexual dado que o sujeito não apresenta nenhuma organização em volta de uma nova zona erógena ou novas relações objetais. Sendo assim, o período de latência é um intermédio entre a sexualidade infantil e a sexualidade do adulto, onde ocorre a canalização dos impulsos sexuais para a busca de saber.

### 3.1 EVENTOS POTENCIALMENTE TRAUMÁTICOS E SUAS IMPLICAÇÕES

Para Alexius (2015), ao passar pelo processo de desenvolvimento psicosssexual, a criança está cercada por questões bastante complexas como as fantasias sexuais incestuosas e os jogos de sedução que, juntamente a sua imaturidade psicológica, a toram um sujeito frágil e vulnerável. Assim sendo, a interferência de eventos potencialmente traumáticos, principalmente neste período, acarreta impactos negativos na saúde mental da criança, pois a mesma ainda não possui um aparelho psíquico desenvolvido para lidar com esses acontecimentos.

Zavaroni e Viana (2015) afirmam que, desde o início, o conceito de trauma possui lugar de destaque mediante a teoria freudiana. Entretanto, enfatizam que o mesmo possui certa

ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que, para a psicanálise, o trauma é entendido como um processo essencial para a constituição psíquica, é compreendido também enquanto algo que atrapalha o fluxo pulsional e, conseqüentemente, interrompe o acontecer psíquico em alguns aspectos.

Segundo Pohl (2018), uma das primeiras noções freudianas relacionadas ao conceito de trauma desenvolveu-se devido o processo de escuta das pacientes histéricas, onde o autor compreendeu que o trauma sexual ocorrido na infância através da sedução real de uma criança por um adulto se configuraria enquanto fator desencadeador de neuroses.

Devido ao fato de os sintomas histéricos se apresentarem apenas na fase adulta, Freud definiu o fenômeno enquanto “*a posteriori*”, isto é, para ele, tais acontecimentos não possuíam caráter traumático no instante em que ocorreram, mas tornavam-se relevantes tempos depois, durante a puberdade ou até mesmo vida adulta (POHL, 2018).

Ferreira (2015) reforça essa ideia afirmando que a percepção da experiência enquanto traumática só é significada logo após o sujeito adentrar a puberdade, dado que a partir desse momento o mesmo já dispõe de elementos tanto físicos quanto psíquicos para assimilar a vivência enquanto sexual, ativando seus mecanismos de defesa, levando-o ao recalçamento e à neurose.

Contudo, ao desenvolver a teoria da sexualidade infantil, Freud salienta o valor energético da pulsão, compreendendo o trauma enquanto algo que se estabelece em decorrência de uma grande elevação na quantidade de excitação, dificultando a elaboração da mesma pelo psiquismo (POHL, 2018).

Junior (2016) enfatiza que, quando há um processo de desenvolvimento normal, a sexualidade afasta-se do caráter auto erótico para adentrar a fase erótica, que ocorre no início da puberdade quando o sujeito realiza sua busca de objeto e desejo para saciar-se sexualmente. Entretanto, diante da ocorrência de violência sexual esse processo de desenvolvimento é reduzido, culminando em uma precocidade da maturação e desejo sexual.

Como citado anteriormente, os desejos sexuais da criança realizam-se apenas no campo da fantasia. Segundo Ferreira (2015), o primeiro contato da criança com a sedução ocorre mediante os cuidados maternos que, embora traumática, compreende-se enquanto essencial na estruturação do psiquismo infantil. Entretanto, a sedução adquire caráter patológico quando possui enquanto agente causador um pai perverso, também compreendida enquanto traumática, visto que sai do campo da fantasia e torna-se real, resultando em desorganização do aparelho psíquico do sujeito.

Brito (2015), afirma que, quando há rompimento nas interdições do Complexo de Édipo e ocorre abuso sexual incestuoso, podemos caracterizá-lo enquanto uma experiência potencialmente traumática uma vez que os impulsos sexuais destinados a um dos pais, antes reprimidos e presentes apenas no inconsciente, agora confrontam-se com o campo do real, gerando intenso sofrimento psíquico.

#### 4. CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA

Segundo Odalia (2017), a história da violência está diretamente relacionada com a história da humanidade, visto que está presente desde a Antiguidade. Sendo assim, podemos considerá-la enquanto um fenômeno biopsicossocial que dispõe de raízes históricas e culturais, abrangendo todas as classes e segmentos sociais.

Segundo Oliveira e Queiroz (2018), comportamentos relacionados às práticas sexuais com crianças ou adolescentes estão presentes na sociedade desde os tempos antigos, muitas vezes, sendo consideradas comuns entre as mais variadas culturas a depender do período em que ocorreram, além de autorizadas pelas leis vigentes, eram apoiadas pela opinião pública, como também caracterizavam sua identidade cultural e relações sociais, no que diz respeito aos rituais de iniciação na vida adulta ou práticas visando uma cura medicinal.

“No mundo árabe há registros da prática sexual entre adultos e crianças, destacando-se o sexo dos samurais com suas jovens amantes que apenas adquiriam sua libertação quando adultas. No Egito, as crianças eram submetidas aos caprichos sexuais dos faraós. Outro povo que também praticou a pedofilia foram os chineses, que castrava os meninos para serem vendidos a ricos pederastas. (...) No mundo islâmico, a rígida moral que ordena as relações entre homens e mulheres foi, não raro, compensada pela tolerância para com a pedofilia homossexual. Em alguns países, isso durou até pelo menos o começo do século XX” (CARVALHO, 2011 apud LOPES, 2018, p. 4).

Posto isso, podemos definir violência como qualquer prática que venha a utilizar de força física ou relações de poder, que podem destinar-se ao próprio sujeito ou à outras pessoas, resultando em danos físicos e, principalmente, psicológicos. A violência pode se apresentar de diversas maneiras como física, psicológica, moral e sexual (NUNES; SALES, 2016).

No que se refere à violência sexual, podemos definí-la enquanto qualquer prática com teor sexual não consentida por uma das partes envolvidas, cujo objetivo do agressor consiste em estimular a vítima sexualmente ou utilizá-la para sua própria satisfação. No que se refere às crianças e adolescentes, as formas mais comuns de violência consistem em abuso e exploração (NUNES; SALES, 2016).

Nascimento et al (2016) descreve o abuso infantil enquanto qualquer prática sexual relacionada à crianças, com ou sem consentimento, podendo incluir atividades que vão desde beijos, carícias e toques, até a própria consumação do ato, não havendo necessariamente a penetração. Por outro lado, o conceito de exploração está associado ao processo de mercantilização, isto é, a violação do corpo do sujeito envolvendo trocar, sejam elas materiais ou simbólicas.

Segundo Brasil (2018), a violência sexual possui relação direta com o campo da violência estrutural baseando-se em princípios reforçadores de práticas discriminatórias tais como o patriarcalismo, adultocentrismo ou fatores relacionados à raça e/ou etnia, visto que ambas se estabelecem enquanto obstáculos no que se refere ao acesso de grande massa da população à garantia e defesa de seus direitos sociais básicos.

Lopes (2018) ainda salienta que mesmo se configurando como crime após o século XIX, a pedofilia ainda está bastante presente na sociedade nas formas de abuso ou exploração e, casamentos infantis ainda são práticas comuns em alguns países e até mesmo em tribos indígenas brasileiras.

Como dito anteriormente, o século XX representa um marco muito importante no que diz respeito à discussão acerca do reconhecimento da criança enquanto sujeito social de direitos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 juntamente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são mecanismos de proteção social cujo principal objetivo é assegurar que as mesmas assumam esse lugar de sujeitos sociais e, como tal, tenham a garantia de seus direitos fundamentais básicos como direito à vida, à educação, à liberdade, à saúde e à dignidade, efetivada sendo responsabilidade das três esferas de governo (SILVA, 2017).

Entretanto, apesar da implementação de leis e políticas públicas que vislumbram a prevenção de violência e proteção social de crianças e adolescentes, os índices epidemiológicos de violência sexual infantil notificados ainda são bastante elevados - sem considerar a quantidade de casos não notificados - e, muitas vezes, não são compreendidos pela sociedade enquanto um crime capaz de deixar sequelas significativas no psicológico das pessoas que são vítimas. (BRASIL, 2018)

Segundo Silva (2018), violações desse gênero podem ocorrer em dois contextos: extra e intrafamiliar. Ainda que a família, mediante sua perspectiva social, se apresente enquanto lugar de referência em relação à proteção e segurança de crianças e adolescentes, dados epidemiológicos apontam que a ocorrência no âmbito familiar são bastante corriqueiras devido à proximidade existente entre vítima e agressor.

Ribeiro e Trinette (2017), afirmam que quando ocorre no contexto extrafamiliar, há grande preocupação dos familiares no que se refere às consequências físicas e/ou subjetivas provocadas pela violência, favorecendo tanto o cuidado quanto a proteção da criança como também a punição do violador. De outro modo, quando ocorre no âmbito intrafamiliar, é comum haver negação da ocorrência do fato e grande resistência relacionada à efetivação da denúncia e da busca por mecanismos de proteção ou cuidados profissionais.

Para Krindges, Macedo e Habigzang (2016) alguns elementos componentes da violência podem influenciar diretamente as consequências expressadas pelas vítimas tais como a idade da vítima, frequência e duração do abuso, nível de relacionamento da criança com o violador somado a ausência de uma figura protetora, a existência de ameaças ou uso de força física, dentre outros.

Segundo Lima (2019), a violência sexual acarreta diversas consequências psicológicas para a vítima podendo incluir sentimentos de culpa, medo e desamparo, dificuldades em desenvolver relações duradouras, comportamentos autodestrutivos como autolesão, abuso de substâncias psicoativas e tentativas de suicídio, embotamento afetivo, transtorno de estresse pós-traumático, dentre outras psicopatologias.

Para Lima (2018), o abuso sexual infantil se configura enquanto uma ação bastante corriqueira na sociedade contemporânea e, como dito anteriormente, ocorre em ambientes que deveriam assegurar a proteção e segurança da criança, principalmente no que se refere ao seu contexto familiar. Geralmente, mediante eventos desse caráter, há a presença da chamada lei do silêncio que ocorre quando a vítima, seja por medo ou para garantir a proteção do agressor com quem muitas vezes possui algum vínculo afetivo, omite a situação de violência.

Meirelles (2018) reforça essa ideia afirmando que há certa dificuldade por parte da vítima em compreender o abuso enquanto violência, visto que envolve uma relação de confiança entre ela e o violador, favorecendo uma visão distorcida do ato enquanto manifestação de carinho.

Outro fator comum consiste na omissão da violação ou até mesmo convivência por parte do adulto responsável pelos cuidados da criança tanto por dificuldades em manejar a situação como também para proteger o agressor. De todo modo, há prejuízos no que se refere à vítima dado que, força-se à desenvolver estratégias de enfrentamento, recalcando suas próprias emoções acerca do fato ocorrido para, muitas vezes, conseguir continuar convivendo com o violador.

Segundo Cardoso (2016), a ocorrência da violência intrafamiliar está diretamente relacionada à dinâmica presente em tal contexto, destacando três fatores de risco enquanto

relevantes. Primeiramente, a autora ressalta os vínculos afetivos disruptivos, ou seja, o afastamento do convívio familiar por parte de alguns dos genitores e a aproximação de um novo membro.

Outro fator importante consiste na situação social e/ou psicológica do adulto responsável pelos cuidados dessa criança, como por exemplo a dependência de álcool e outras substâncias, bem como histórico de violência como negligência e até mesmo abuso sexual no decorrer da sua própria infância, ou ainda a presença de algum transtorno de ordem psicológica. (CARDOSO, 2016).

De acordo com dados epidemiológicos disponibilizados pelo portal do serviço nacional de denúncias, Disque 100, durante o ano de 2018 foram notificados 533 casos de abuso sexual infantil somente no estado do Ceará e 13400 casos no Brasil, enquanto somente no primeiro semestre de 2019 foram notificados 244 casos no Ceará e 7277 em todo o território nacional.

Desses, a maioria das vítimas são crianças do sexo feminino e maior parte das violações ocorrem no contexto intrafamiliar, por algum integrante da família ou pessoa próxima, sendo esse o principal fator que dificulta a efetivação das denúncias. Diante dos fatos apresentados, acredita-se que o índice de violência seja bem maior que a quantidade de casos notificados.

Lima (2018) ressalta a importância em distinguir pedofilia de abuso sexual visto que a pedofilia é considerada um desvio da conduta sexual no qual o adulto tem o corpo infantilizado como objeto de desejo. Enquanto o abuso pode direcionar-se não apenas à crianças ou adolescentes, mas à pessoas de todas as idades.

Oliveira e Zandonani (2016) concordam que a ocorrência de abuso durante a infância pode acarretar diversas consequências para a vítima, no que se refere ao seu desenvolvimento seja ele emocional, cognitivo ou comportamental da criança. E, decorrência disso, percebe-se a necessidade de acompanhamento psicológico visando amenizar tais danos.

Para Florentino (2015), os impactos podem apresentar-se tanto a curto quanto a longo prazo. No que se refere às consequências de curto prazo, o autor destaca sentimentos de rejeição, culpa, vergonha e medo, não somente da figura do agressor como também de pessoas de seu mesmo sexo, isolamento social e queixas sintomáticas relacionadas à algumas desordens psicológicas como depressão, ansiedade e fobias, distúrbios de sono, alimentação ou aprendizagem.

Quanto aos prejuízos manifestados a longo prazo, Florentino (2015) ressalta a incidência de alguns transtornos de ordem psiquiátrica tais como fobias agudas, depressão e ansiedade, ideias de perseguição, dificuldades de percepção da realidade e visão de mundo distorcida, uso abusivo de álcool e substâncias psicoativas, disfunções sexuais, dentre outros.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um estudo e análise bibliográfica acerca de uma temática direcionada aos impactos subjetivos decorrentes do abuso sexual infantil no contexto intrafamiliar no que se refere ao processo de desenvolvimento psicosssexual e aos prejuízos causados na saúde mental da vítima, percebeu-se que a dinâmica familiar possui relação direta com a ocorrência das violações e com a complexidade de tais consequências. Entretanto, determinados fatores de risco que se apresentam mediante essa situação devem ser considerados apenas enquanto influenciadores, uma vez que não são determinantes para a presença da violência em todo contexto familiar.

Observou-se também que o processo de desenvolvimento psicosssexual baseia-se em questões bastante complexas relacionadas à fantasias e impulsos sexuais infantis enquanto essenciais para a estruturação do aparelho psíquico humano e, mediante a presença de situações potencialmente traumáticas principalmente no que se refere ao campo da sexualidade infantil, pode apresentar consequências significativas para toda a vida.

Diante dos fatos discorridos no decorrer deste trabalho, considera-se o trabalho do profissional de psicologia como sendo importante tanto durante o processo de constatação da violência através de determinados traços comportamentais manifestados pelo sujeito, bem como ofertando um suporte para que o mesmo consiga elaborar melhor suas emoções relacionadas ao evento traumático.

## REFERÊNCIAS

- ALEXIUS, S. E. O. **Violência e abuso sexual infantil: impactos na saúde mental**. 2015
- ALMEIDA, N. R; CARMO, A. N. **A construção social da infância a partir da idade média e sua representação na literatura**. Revista Ribanceira, n. 9, p. 111-123, 2017.
- ARÍES, P. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. - 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BERNARTT, R. M. **A infância a partir de um olhar sócio-histórico**. Educação infantil. 2016.
- BRASIL. **Disque 100**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em:<<https://www.mdh.gov.br/informacaoocidadao/ouvidoria/BalancoGeral2011ao1sem2019CriancaseAdolescentes2.xlsx>>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Disque 100**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em:<[https://www.mdh.gov.br/informacaoocidadao/ouvidoria/Disque\\_Direitos\\_Humanos.pdf](https://www.mdh.gov.br/informacaoocidadao/ouvidoria/Disque_Direitos_Humanos.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069. Brasília, 1990. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 19 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Violência contra crianças e adolescentes: análise de cenários e propostas de políticas públicas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em:<<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- BRITO, J. L. S. **A problemática do abuso sexual infantil na psicanálise: Entre o real e a fantasia**. 2015.
- CARDOSO, D. C. I. L. **Abuso sexual infantil**. 2016. Dissertação de Mestrado.
- COUTO, D. P. **Freud, Klein, Lacan e a constituição do sujeito**. Revista Psicologia em Pesquisa, v. 11, n. 1, 2017.
- DEJOURS, C. **Teoria crítica e psicanálise: qual lugar para a sexualidade?**. Dissonância: Revista de Teoria Crítica, v. 1, n. 1, 2017.
- FERREIRA, M. Z. **Sedução, trauma e tradução nas vivências de abuso sexual incestuoso: psicanálise e literatura de testemunho**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.
- FLORENTINO, B. R. B. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, n. 2, p. 139-144, 2015.

- FREUD, S. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos** (1901-1905). Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- HENICK, A. C.; FARIA, P. M. F. **História da infância no Brasil**. Anais Educere, 2015.
- JUNIOR, E. E. S. **‘Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade’ sob a luz da cultura de massa: reflexões sobre o pensamento de Freud na contemporaneidade**. Revista Exitus, v. 5, n. 1, p. 122-140, 2016.
- KRINDGES, C. A. MACEDO, D. M. HABIGZANG, L. F. **Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas**. Contextos Clínicos, v. 9, n. 1, p. 60-71, 2016.
- LIMA, A. B. **Dinâmica familiar e esquemas formados em adolescente vítima de violência sexual: um estudo de caso**. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 8, n. 1, p. 17-27, 2019.
- LIMA, C. M. **Abuso sexual de crianças e adolescentes e inclusão social**. Educação: saberes e prática, v. 7, n. 1, 2018.
- LOPES, Y. J. **Um olhar sobre pedofilia e seu discurso na psicose e perversão**. 2018.
- LOURENÇO, F. C. **Reflexões sobre o desenvolvimento psicosexual humano**. 2018
- MARCHI, R. C.; SARMENTO. M. J. **Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas**. Educação & Sociedade, v. 38, n. 141, p. 951-964, 2017.
- MEIRELLES, M. E. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes e sua dinâmica intrafamiliar**. Pesquisa & educação a distância, n. 11, 2018.
- NASCIMENTO, A. F. et al. **Abuso sexual infanto-juvenil: Um estudo sobre o enfrentamento institucional em Sergipe**. Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais – UNIT, v. 3, n. 3, p. 101, 2016.
- NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. **Violência contra crianças no cenário brasileiro**. Ciencia & saude coletiva, v. 21, p. 871-880, 2016.
- ODALIA, N.. **O que é violência**. Brasiliense, 2017.
- OLIVEIRA, A. C. ZANDONADI, A. C. **A psicologia em serviço da proteção social de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual**. Revista FAROL, v. 2, n. 2, p. 19-31, 2016.
- OLIVEIRA, A. D.; VIANA, A. J. P. **A Adolescência dos doze ao zero: O processo de desenvolvimento e as contribuições de Freud e Winnicott**. Revista Juventude e Políticas Públicas, v. 2, n. ne, p. 55-66, 2018.
- OLIVEIRA, S. M.; QUEIROZ, G. A. **Aspectos psicossociais da pedofilia**. Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa, v. 29, n. 56, p. 111-120, 2018.
- PERA, R. A.; CORREA, J. J. **O complexo de Édipo no contexto da psicanálise**. Revista Pleiade, v. 9, n. 18, p. 23-31, 2015.

- POHL, K. **A violência sexual na infância: uma leitura psicanalítica sobre o corpo.** 2018.
- RIBEIRO, A. P; TRINETTE, J. F. **Aracelli, meu amor: Um olhar literário sobre o abuso sexual infantil.** 2017.
- RODRIGUES, A. **A infância na visão de Philippe Ariès e Neil Postman.** In: Congresso de pesquisa e ensino de história da educação em Minas Gerais: repensar a história da educação, pensar a política na história da educação. 2017.
- SILVA, F. F. et al. **Violência sexual na adolescência: Uma revisão de literatura.** Semioses, v. 12, n. 1, p. 161-169, 2018.
- SILVA, G. K. S. **Patriarcado e desigualdade de gênero: dificuldades e desafios no enfrentamento à violência contra a mulher,** 2017.
- SILVA, T. P. et al. **Política pública de proteção à criança e ao adolescente: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Município de João Pessoa/PB.** 2017.
- SILVEIRA, R. C. S. **O professor, a família e o processo de naturalização do desenvolvimento psicosssexual da criança nos anos iniciais.** Educação e cultura em debate. V. 4, n. 1, p. 164-181, 2018.
- ZAVARONI, D. M. L.; VIANA, T. C. **Trauma e infância: considerações sobre a vivência de situações potencialmente traumáticas.** 2015.